

PROJETO VAI ATENDER VIOLÊNCIA A MULHERES

Foi aprovado, por unanimidade, o projeto de lei do vereador Cristiano Lopes (PSD) para a criação do projeto "Fênix", que busca o fomento à implementação de políticas públicas com a finalidade de facilitar o restabelecimento emocional e físico, através de atendimentos de muncípes e especialistas, de mulheres vítimas de violência. O projeto tem como base o princípio da dignidade da pessoa humana, com foco na recolocação dessas mulheres no mercado de trabalho.

MÊS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Foi aprovado na sessão ordinária de ontem (27), com 18 votos favoráveis, o projeto de lei do presidente da Câmara de Jundiá Faouz Taha (PSDB) que define o mês de agosto como o mês do Patrimônio Histórico no município, determinando também o Dia do Patrimônio Histórico, que será comemorado todo dia 17 de agosto. O projeto terá como objetivo aplicar políticas públicas para proteger e valorizar a história e a cultura de Jundiá.

DAE NÃO PODE ALIENAR PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA

Projeto de lei do prefeito sobre DAE foi aprovado ontem. Sendo assim, o Executivo municipal não está mais autorizado a alienar, a qualquer momento, a sua participação acionária com direito a voto, destinada pelo município de Jundiá ao capital social da empresa, como previa anteriormente o artigo.

Sob protestos, vereadores aprovam mudanças na tribuna

ANGELO AUGUSTO SANTI
 asanti@jj.com.br

A sessão ordinária da Câmara de Jundiá de ontem (27) foi marcada por protestos e manifestações do público em relação ao projeto de lei número 825/2019, que prevê mudanças no regimento interno da Câmara. O projeto é de criação de todo o colegiado dos vereadores e foi aprovado com unanimidade (19 votos). Seu principal foco é o de alterar as regras da Tribuna Livre, espaço reservado para muncípes fazerem o uso da palavra durante as sessões.

O público presente estava dividido entre os apoiadores e os críticos do projeto. O principal argumento do grupo contrário às mudanças - que era mais numeroso e barulhento - é o de que os vereadores estão realizando uma espécie de censura em relação ao espaço para a população se expressar. Já os favoráveis, alegam que a Tribuna Livre muitas vezes é usada para promoção pessoal e até como palanque de campanha política daqueles que pretendem se candidatar nas próximas eleições.

As mudanças aprovadas na Tribuna Livre são: o aumento de três para quatro participantes



Ontem à noite, população foi à Câmara demonstrar que não estava satisfeita com mudanças na Tribuna Livre

por sessão, a extensão do período mínimo entre uma fala e outra da mesma pessoa para 90 dias, e a suspensão da tribuna durante o período pré-eleitoral e eleitoral do ano que vem, que se inicia em abril e pode se estender até novembro caso as eleições tenham segundo turno. Essa última foi o principal motivo para os protestos contra o projeto.

O presidente do PDT Jundiá, Gerson Sartori, que foi um dos criadores da Tribuna Livre, defende que ela deve ser respeitada e mantida, mesmo que esteja sendo usada para outros fins. "O próprio nome já diz tudo: a tribuna é livre e o muncípe pode usar como ele bem entender. Se ele tiver a capacidade de se promover nesses cinco minutos, ele

pode fazê-lo. Mas eu defendo o bom uso da tribuna, para críticas, opiniões e sugestões, sempre de maneira respeitosa. Quando o tempo é usado para outros fins eu lamento, mas respeito", completa.

Faouz Taha (PSDB), presidente da Câmara de Jundiá, defendeu as alterações e afirmou que elas tornam a Tribuna Livre

mais democrática. "Toda mudança que fazemos é para melhorar e principalmente democratizar o acesso das pessoas. Temos dados que mostram um número pequeno de pessoas que se revezam entre as falas e não dão espaço para outros muncípes: nos últimos dois anos e meio foram 115 sessões, e as dez pessoas que mais falaram ocuparam a Tribuna Livre por 86 vezes. Nós entendemos que outros muncípes não estão tendo acesso ao tempo de fala por causa dessas mesmas pessoas que sempre se inscrevem", relata.

PROTESTOS

Durante a sessão ordinária de ontem, a jundiáense Paloma Aparecida Soares usou a própria Tribuna Livre para protestar contra as mudanças, alegando que elas devem ser consideradas como uma forma de censura à população. Já o muncípe Marcos Soares de Novaes pediu mais respeito e melhor uso da tribuna, alegando que algumas pessoas estão usando-a para benefício próprio com conteúdos não construtivos, impedindo que assuntos mais importantes, como as necessidades nos bairros do município, sejam levadas aos vereadores.